W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

CNPJ: 09.106.791/0001-03

Inscrição: 904.189.13-83

Ilustríssimo SENHOR PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ NO ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 051/2022
CONTRARRAZÕES AO RECURSO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, legalmente inscrita no CNPJ sob o nº **09.106.791/0001-03**, com sede e domicílio nesta cidade de Maringá/PR, na Rua Vereador Nelson Abrão, nº 2483, Zona 05, CEP: 87015-230, onde recebe intimações, inscrita na licitação supra, tendo o resultado apresentado através de Ata datada de 21/08/2022 11h00, que aceitou e habilitou, vem Apresentar suas Contrarrazões ao Recurso Administrativo movido pela empresa **TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA** inscrita no CNPJ nº **46.218.865/0001-20**, "data vênia" vem, tempestivamente, com fulcro no artigo 109, § 3º e artigo 110, ambos da Lei 8.666/93, assim o fazendo perante o SENHOR PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ no Estado do PARANÁ, na conformidade das razões que em anexo seguem.

Assim, requer a Vossa Senhoria, que seja a presente **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO** recebida nos efeitos devolutivos e suspensivos, haja vista, sua tempestividade, pois a Recorrida foi intimada para apresentar suas contrarrazões em **22/08/2022**. Portanto, o prazo da empresa Recorrida de 3(três) dias, iniciou-se em **23/08/2022**, findando em **25/08/2022**, conforme preceitua o parágrafo 2º do artigo 109 da Lei 8.666/93 e encaminhada à autoridade superior, após cumprimento das formalidades legais.

Termos em que, pede provimento.

Maringá, 24 de agosto de 2022.

RECORRENTE: TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - CNPJ nº 46.218.865/0001-20

RECORRIDO: **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ nº 09.106.791/0001-03**

DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Alega a empresa TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - CNPJ nº 46.218.865/0001-20, doravante denominada TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS, que apresentou a documentação correta com o Edital, pontuando, os seguintes itens:

- (I) Item 1.2., letra "b" - Da qualificação fiscal;
- (II) Item 1.4., letra "b1" - Da qualificação técnica;
- (III) Item 1.4., letra "e" - Da qualificação técnica

Douto Julgador são infundadas as colocações da empresa TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS, em razão dos motivos expostos a seguir, para ao final requerer.

IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

Após análise das propostas das licitantes credenciadas e superada a fase de lances, foi declarada a empresa **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, aceita e habilitada para prestação de serviços em manutenção corretiva e preventiva na substituição de luminárias, lâmpadas, reles, reatores e fiação da rede de iluminação pública do Município.

Inconformada pelo simples fato de não ter se sagrado vencedora, uma vez que apresentou documentos irregulares, a licitante TS SOLUÇÕES, interpôs Recurso Administrativo, alegando que a decisão do limo. Pregoeiro, correta, vale desde já enfatizar, feriu direitos seus.

Alegadas foram pela TS SOLUÇÕES, supostas inobservâncias de determinados itens técnicos do Edital de Convocação que, como se comprovou em fase de análise dos documentos de habilitação, foi plenamente atendido pela **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**.

Mesmo assim, apenas e somente pelo dever de ofício, uma vez que não resta e não restou dúvida ao limo. Pregoeiro acerca do integral cumprimento das disposições editalícias pela **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** cumpre-nos apontar as inconsistências da citada peça recursal:

(I) Item 1.2., letra "b" - Da qualificação fiscal;

Ora a própria recorrida TS SOLUÇÕES, afirma em seu pedido recursal, que a documentação solicitada, encontra-se paralisada para alteração definitiva em função da demora pela Secretaria Estadual.

Aqui podemos ver que a razão da demora por parte da Secretaria Estadual, alegada pela recorrida, não, trata-se de simples análise, e sim do atendimento ao exigido por Lei, até pelo fato de mudança de cadastro. Ainda quanto ao sistema, caberia a recorrida fazer em tempo hábil, uma vez que o exigido no edital é que a documentação esteja regular, na data da abertura do pregão.

Bem fez a Comissão de Licitação deste Egrégio Município, quando em consonância com a legislação que rege a espécie, além da farta jurisprudência, entendeu que a empresa Recorrida W' DME MATERIAIS ELÉTRICOS atendeu às exigências do Edital no tocante a documentação relativa à qualificação fiscal.

Neste aspecto, deve ser, a fastada as pretensões recursais, posto que a legislação supra ampara o direito da Recorrida, merecendo ser desprovido o recurso.

(II) Item 1.4., letra "b1" - Da qualificação técnica.

Alega ainda a recorrente TS SOLUÇÕES que apresentou atestado de execução de no mínimo, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente a objeto do certame.

Neste tópico, também, não assiste razão a Recorrente, posto que, o atestado de capacidade técnica exigido em edital, não condiz com OBJETO de licitação, e que mais uma vez o Sr. Pregoeiro acompanhado pela Comissão, tiveram o cuidado de observar, mantendo a decisão de inabilitar a Recorrente.

Por outra banda, vale lembrar que, as exigências fáticas editalícias podem ser comprovadas por meio idôneo diversos do expressamente previstos, não devendo ser admitido a habilitação de uma empresa, por simples formalismo. Não se mostrando razoável manter a Recorrente da sua condição de arrematante, em face de uma possível irregularidade formal, uma vez que, o documento apresentado mesmo com a Certificação junto ao órgão responsável "CREA" demonstra cabalmente serviços elétrico.

Registre-se que, não obstante o exposto acima, deixar de contratar com a Recorrida será prejudicial para Administração, em detrimento do princípio da economicidade e atende as exigências editalícias, visto que, a proposta da Recorrida é condizente com valor proposto pela Recorrente.

Neste azo, aguarda a empresa Recorrida, reste inadmitido o recurso quanto ao tópico, em comento.

(III) Item 1.4., letra "e" - Da qualificação técnica

Por fim, o último tópico do Recurso ora impugnado, alega que a empresa Recorrente apresentou documento comprobatório que possui veículo do tipo: Caminhão $\frac{3}{4}$ com cesto aéreo com linha viva, e atestado do mesmo com no mínimo 1 KV de tensão de isolamento

Os documentos apresentados pela Recorrente, mais uma vez não atendeu a exigência editalícia, contendo somente o certificado de documento do veículo e contrato até mesmo sem assinatura, entre a Contratante e a Contratada, referente a utilização do veículo, ainda que apresente laudo do veículo a qual esteja de acordo com as características com o exigido no edital.

Vejamos o que diz no Edital no Anexo I:

1. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços em manutenção corretiva e preventiva na substituição de luminárias, lâmpadas, reles, reatores e fiação da rede de Iluminação Pública do Município.

1.2. Justificativa: A iluminação pública é fundamental para que os espaços comuns de uma cidade possam ser frequentados durante a noite e, além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego. Considerando a necessidade de manter em funcionamento o sistema de iluminação pública da cidade, bairros e comunidades rurais, com o objetivo de facilitar o fluxo das pessoas, mas principalmente contribuir pela segurança das pessoas, faz-se necessário manter em perfeito funcionamento da estrutura de iluminação pública. Bem como manter em operação a estrutura de iluminação de quadras e espaços desportivos que são utilizadas pela população em horários noturnos, para práticas esportivas e de lazer. Para ambos os serviços, é fundamental que sejam executados por empresa especializada que possua profissionais com experiência e equipamentos que permitam a perfeita manutenção dos sistemas de iluminação.

3. DOS SERVIÇOS:

- 3.1. Os serviços de manutenção da iluminação pública, compreende toda a estrutura da iluminação pública do centro da cidade, todos os bairros, comunidades rurais que possuem iluminação, praças, quadras e espaços desportivos, como base de pagamentos o valor da prestação do serviço por ponto.**
- 3.2. Os serviços de manutenção da iluminação pública compreendem: a troca de lâmpadas queimadas, troca de reatores queimados, troca de reles queimados, troca de luminárias danificadas, correção de maus contatos e outras manutenções a fim de garantir o pleno funcionamento das luminárias públicas, troca de globos danificados ou alteração de globo para braço ou vice e versa.**
- 3.3. Os materiais a serem utilizados nas manutenções serão fornecidos através do Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos, devendo a contratada assinar relatório da retirada destes materiais entregues pelo Departamento, para a manutenção dos endereços passados, devendo estes serem retirados nos seguintes horários das 7h às 11h e das 13h às 17h.**
- 3.4. A contratada deverá manter número de contato telefônico podendo ser: fixo, celular ou 0800, bem como endereço de e-mail para que o Departamento possa repassar os pontos solicitados pela população**
- 3.5. A contratada deverá efetuar as manutenções em no mínimo 2 (duas) vezes na semana ou até 3 (três) vezes na semana, dependendo da demanda.**
- 3.6. A Contratada deverá prestar os serviços com no mínimo 03 (três) funcionários (motorista, eletricista e ajudante);**
- 3.7. A contratada deverá fazer vistoria noturna na cidade (em toda rede de iluminação) semanalmente e repassar ao Departamento responsável a relação dos pontos que irá executar o serviço.**
- 3.8. A contratada deverá ao término da(s) execução(ões) do(s) serviço(s) entregar ao Departamento responsável a relação dos pontos e materiais empregados na manutenção. Podendo ser relatório semanal ou mensal.**
- 3.9. A empresa contratada será responsável em dar a destinação correta aos seguintes materiais: reles, lâmpadas e reatores, oriundos da manutenção da iluminação pública.**
- 3.10. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico especializado, com a devida habilitação e experiência, equipado com os EPI's de segurança, sinalização e utilizando caminhão com cesto aéreo com isolamento.**
- 3.11. A empresa contratada deverá às suas custas emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de manutenção da iluminação pública, sempre que necessário ou solicitada pela Contratante.**
- 3.12. Periodicamente a fiscalização acompanhará a campo a execução dos serviços para avaliar a qualidade pontualidade do serviço executado.**
- 3.13. Despesas com combustível, manutenção do veículo, alimentação, encargos e impostos relativos à execução dos serviços serão por conta da contratada.**

Aqui podemos observar que a proposta mais vantajosa, não se trata somente do menor preço, mas sim da melhor condição de atendimento dos serviços, conforme exigido no item 2.1 do Edital.

- 2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital e seus anexos.**

Aguarda pelo julgamento de improcedência do Recurso apresentado pela recorrida, quanto ao tópico analisado, à míngua das alegações, e por esvaziamento dos embasamentos fáticos e jurídico contidos na peça Recursal.

EMINENTE JULGADOR:

O procedimento licitatório tem como princípio fundamental o interesse público, mediante a contratação da proposta mais vantajosa para a administração, com observância nos princípios da legalidade, da moralidade, da competitividade, da isonomia, da razoabilidade, da economicidade, dentre outros, plenamente atendidos por nossa empresa.

Ora, tendo a Recorrida, apresentado especificações técnicas com as devidas comprovações de documentação e em conformidade as exigências editalícias, não é razoável, que a empresa Recorrente se socorra em fundamentos estapafúrdios e sem base para simplesmente tumultuar o processo, ficando muito claras suas intenções, sendo que tal pleito não pode ter êxito.

A proposta apresentada pela Recorrida comprova o pleno atendimento, como já dito, das disposições editalícias. Ou seja, a decisão em questão não deixou de observar os princípios licitatórios da razoabilidade e da não restrição ao caráter competitivo da licitação, claramente contemplados no artigo 3º, § 1º, inciso L da Lei nº 8.666/93.

Ainda assim, caso houvesse dúvida acerca das informações prestadas pela Recorrente, poderia esta D. Comissão proceder às diligências necessárias que confirmariam o atendimento das disposições citadas, a qual ficou claro quanto aos documentos apresentados, não havendo razão para usufruir da diligência.

Para tanto prevê a Lei nº 8.666/93 ao falar de diligências:

I "Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

Cumprir destacar que o dispositivo legal citado em nada fere a vinculação ao instrumento convocatório e a necessidade de seu atendimento, tempestivamente, por todas as licitantes, desde que, é claro novos documentos não sejam apresentados.

No caso em tela, apenas comprovações de informações já trazidas e já em poder desta D. Comissão é que haveria. Portanto a Recorrente não atendeu, em perfeitamente, o que requerido era no instrumento convocatório

W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

CNPJ: 09.106.791/0001-03

Inscrição: 904.189.13-83

CONCLUSÃO

Acatar os fundamentos da empresa recorrente TS SOLUÇÕES seria uma ficção, que em nada contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa.

Verifica-se a precisão da decisão desta D. Comissão. Dúvida não resta de que uma medida como o Recurso Administrativo interposto pela empresa TS SOLUÇÕES é de caráter inteiramente protelatório, apenas revela um latente inconformismo que carece de toda e qualquer razoabilidade que o fundamente. Tem como único objetivo dificultar e retardar a continuidade dos atos administrativos relativos ao certame licitatório, sem que represente qualquer compromisso com o interesse público em questão.

DO PEDIDO

Isto posto, a empresa **W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** vem requerer:

Que seja indeferido o pedido contido no Recurso Administrativo interposto pela recorrente **TS SOLUÇÕES**, no que tange à correta classificação da empresa recorrida ora petionaria como vencedora para fornecimento da prestação dos serviços, por total carência de fundamentação legal, sendo mantida a decisão corretamente proferida e impropriamente questionada por esta última.

Diante do Exposto, requer se digne esta CPL em receber as contra razões tempestivamente manifestadas ao recurso administrativo movida pela empresa **TS SOLUÇÕES**, determinando o seu imediato processamento para, ao final, acolhendo as contrarrazões supra, manter o resultado já apresentado em sua ata final, por ser de direito e perfazer JUSTIÇA!

Espera provimento

Maringá, 24 de agosto de 2022.

W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

CNPJ: 09.106.791/0001-03 - I.E.: 90.418.913-83

MADHAVAN DHAJANY UDA SALDANHA

RG: 10.733.544-7 - CPF: 070.986.819-70

PROPRIETÁRIA